

| MEMÓRIA DA 19ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS GESTÃO 2015-2017 | | |
|---|----------------|---------------|
| DATA: 15/09/2016 | HORÁRIO: 09h30 | LOCAL: FABHAT |

| LISTA DE PRESENÇA | |
|-----------------------------|------------------------|
| Entidade | Nome |
| SSRH | Amauri Pollachi |
| DAEE | Josué Marcos Barranco |
| CETESB | Gilson Guimarães |
| FIESP | Claudia Oliveira Gomes |
| APU | João Jesus Rocha |
| Suzano | Antonio Carlos Gava |
| CONVIDADOS | |
| SSRH / Secretaria Executiva | Ana Sedlacek |
| SSRH / Secretaria Executiva | Beatriz Vilera |
| CETESB | Leni Moreninho |
| CETESB | Lilian Peres |

INÍCIO ÀS 09H45 - ASSUNTOS TRATADOS, DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS:

1. Aprovação da memória da reunião anterior:

Aprovada sem alterações

2. Definição de Relator(a): não definido. Discussão próxima reunião.

3. Discussão dos critérios de pontuação para os empreendimentos FEHIDRO 2017:

Josué discorreu sobre a dificuldade da CTGI de analisar os projetos, devido à ausência de parte dos membros que também são proponentes a tomadores. Enfatizou a importância de maior participação dos representantes.

Amauri sugeriu que o representante da CTGI, também tomador, se ausentasse somente da análise final, ou seja, pontuação. Esta ideia não foi bem aceita por parte dos membros presentes, pois o Tomador não pode ser avaliado por ele próprio.

Gilson disse que os membros da CTGI que são proponentes a tomadores não podem avaliar o seu empreendimento, mas, poderia avaliar de outros tomadores, tendo em vista que são poucos representantes da CTGI que participam e excluir aqueles que são tomadores de todas as avaliações prejudica o andamento dos trabalhos. Lilian concordou

Claudia disse que não concorda de membros da CTGI analisarem empreendimentos de outros proponentes e que deve ser mantido a forma usada nos últimos anos.

Ana comentou a possibilidade de dividir as análises em etapas. Explicou que os projetos referentes aos municípios não poderiam ser analisados pelos representantes dos municípios, bem como os projetos do Estado não poderiam ser analisados por representantes do Estado e sim pelos demais representantes, e assim por diante.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ

Beatriz Gonçalves sugeriu que se um projeto da SABESP (exemplo) estivesse sendo analisado, os membros representantes da SABESP não poderiam estar presentes, contudo, estes representantes poderiam analisar projeto de outros tomadores para contribuir nas análises.

Josué discordou informando que esta possibilidade também geraria conflitos de interesses. Exemplificou que o município de Mauá poderia ter o mesmo tipo de empreendimento do que São Bernardo do Campo. Sendo assim, se um representante de SBC analisasse o projeto de Mauá ou vice-versa, certamente geraria conflitos.

Josué enfatizou ainda a importância da estruturação da FABHAT, uma vez que esta, deverá apoiar os tomadores na elaboração dos projetos.

No que se refere as apresentações dos empreendimentos, por parte dos tomadores, os membros do grupo discutiram a necessidade ou não da participação de todas as câmaras técnicas para apreciação das apresentações.

Lilian sugeriu que houvesse reuniões de apresentações específicas, ou seja, cada apresentação, de acordo com o projeto, deverá ser apreciada pela câmara técnica específica. Informou que ela, como integrante da CTMH não analisaria projetos voltados para educação ambiental, exemplificou.

Claudia acha importante a participação de todas as câmaras técnicas em todas as apresentações, para que todos possam ter uma visão mais ampla. Também sugeriu que todos os projetos deveriam ser analisados por todas as câmaras, em conjunto.

Parte dos membros não concordaram com a proposta da Claudia, contudo, a mesma esclareceu que ao menos a CTGI deverá estar presente em todas as apresentações, bem como participar de todas as etapas das análises de todos os projetos.

Leni criticou o valor estabelecido para valor mínimo ser de R\$ 300.000,00 alegando que há municípios com número pequeno de habitantes e que as vezes, poderá haver projetos interessantes, de custo menor ao estabelecido como mínimo. Beatriz concordou, contudo, explicou que se trata de regra do manual do FEHIDRO e o CBH-AT não pode alterar esta regra. Comentou ainda que os procedimentos estão sendo revistos e que esta pode ser uma sugestão, mas que não cabe esse assunto neste momento.

Após diversas sugestões e debates dos membros sobre as propostas, ficou decidido:

- Recebimento das propostas;
- Verificação preliminar por parte da Secretaria Executiva (Entrega de documentos conforme o MPO e atendimento aos Incisos IV a VII do artigo 7º da Deliberação CBH-AT nº xx);
- Distribuição das propostas às Câmaras Técnicas e elaboração do Plano de Apresentações (Reunião dos Coordenadoras da CTs);
- Avaliação das propostas (Reunião Conjunta de todas CTs);
- Apresentação dos projetos, pelos Tomadores, para as câmaras técnicas. No dia da apresentação das CTs já solicitam as complementações aos tomadores;
- Recebimento da complementação dos documentos;
- Avaliação do atendimento das complementações e pontuação das mesmas pelas câmaras técnicas

Encaminhamentos:

Beatriz Gonçalves ficou de verificar junto à SECOFEHIDRO se serão aceitas propostas apenas com protocolos das licenças ambientais ou outorgas.

Grupo sugeriu retirar da deliberação, o inciso VII do artigo 7º.

Colocar artigo de que a documentação financeira e as licenças/outorgas devem ser entregues e dentro do prazo de validade até 3 dias da data da Deliberação do CBH-AT.

Não ficou definido se permanecerá 70% ou 80% para projetos de demanda induzida.

Planos de Saneamento, SubPDCs Comunicação e Educação Ambiental, Esgotamento Sanitário fora das APMs ou APRMs.

Foi sugerido pela Lilian que as reuniões sejam realizadas nas salas de cursos da CETESB.

PRÓXIMA: 20ª REUNIÃO DA CTGI

Data: ~~30/09/2016~~ (reagendada para 17/10)

Horário: 9h30

Local: FABHAT – Rua Boa Vista, 84 – 6ª andar – Centro – São Paulo – SP

Pauta: Discussão dos critérios de pontuação e hierarquização FEHIDRO 2017